

Órgão deve ouvir a sociedade

O Conselho Federal de Educação (CFE) é um órgão sediado em Brasília e conta com a participação de 25 conselheiros representando todos os estados da Federação, porém, seu contato com a comunidade, principalmente lideranças da população de baixa renda no Brasil, aquela fatia da sociedade que mais necessita de assistência educacional, não acontece de forma satisfatória, segundo declarações de segmentos comunitários locais.

Se o relacionamento população/Conselho já não é estreito aqui em Brasília, onde o órgão mantém sua sede, nos outros estados a situação piora, uma vez que os Conselhos Estaduais de Educação são independentes do CFE. O novo presidente do órgão, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, afirma que o Conselho está sempre aberto a sugestões da comunidade. Segundo ele isto é feito com a participação de reitores de todos os rincões do País, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dos próprios conselheiros, que representam suas comunidades de origem.

Manoel Gonçalves disse ainda que pretende reunir todos estes segmentos durante o transcorrer de 1991 e realizar seminários visando encontrar caminhos para a melhoria do ensino no País. Quando defende a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira na solução dos problemas do ensino, ele lembra que a função do CFE é de orientar um planejamento educativo, acumulando a função de tribunal administrativo no tocante a irregularidades no setor educacional em todos os níveis. Este trabalho vem sendo desenvolvido há 30 anos, desde a criação do órgão.

Com relação à idéia de diminuição da carga horária de trabalho para crianças e adolescentes que trabalham fora e ainda estudam (menos duas horas de trabalho para estudantes da área rural e menos uma hora para os que

estudam e trabalham em áreas urbanas), o presidente do CFE entende que esta proposta é discutível. Ele teme que, uma vez implantada, acabe se tornando contraproducente, uma vez que propicia o empregador dificultar a entrada no mercado de trabalho de menores estudantes. Manoel esclarece que, para ele, a solução nestes casos seria o sistema de bolsas de estudo integrais para alunos carentes.

Sobre mudanças na concepção do Conselho Federal de Educação, seu presidente é claramente contrário. Segundo ele, o órgão "está bem no sistema educacional". Uma das filosofias que o Conselho usa, explica, é manter em seis anos o prazo de permanência de cada conselheiro no cargo. "Assim formamos um Conselho de personalidades e não de mandatários, pois este órgão nada ganharia se passasse a representar grupos fechados", salienta. Esta percepção, segundo ele, vem desde o tempo em que era membro do Conselho de Educação de São Paulo.